

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Turismo é movimento e mudança. Todavia, as políticas públicas em matéria de turismo, neste Plano, continuam marcadas por um enunciado imobilista, vago e impreciso.

Contém uma única novidade digna de menção.

Pela primeira vez e ao arrepio de um princípio estável e basilar da política promocional, as verbas afectas à promoção são objecto de desagregação espacial. Das duas, uma: ou o Governo quer alterar a filosofia subjacente à promoção turística, enveredando pela promoção segmentada, ilha a ilha, em detrimento da promoção da marca Açores e, nesse caso, até pelo carácter revolucionário da alteração, impõe-se uma explicação exaustiva da medida; ou esta inusitada desagregação espacial é somente ditada pela demagogia primária de alocar o máximo de dinheiro a cada parcela da Região, para melhor “vender” politicamente o plano ilha a ilha. Em ambos os casos, o governo peca politicamente.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os propósitos declarados da política de turismo são, em síntese, o fomento *da qualidade e diversificação da oferta e a promoção da qualificação cultural e económica da procura turística*. Enunciado mais consensual não há.

Mas será que as políticas implementadas foram fiéis a tais propósitos e produziram os resultados práticos preconizados?

Para isso, temos que visitar a Região real e não nos atermos somente aos números (que não são famosos) e à sua interpretação acrítica ou simplificada.

A estatística oficial mostra, de facto, a diversificação da procura e a penetração dos Açores em novos mercados, sobretudo do Norte da Europa. Mas como “nem tudo o que parece é”, o retrato completo mostra que por detrás desse resultado estatístico estão apenas e somente as benditas operações charter, que são hoje um verdadeiro “rendimento mínimo garantido” da operação turística açoriana, face à sua incapacidade de gerar fluxos mais qualificados de forma estável e duradoura. Cortesia do PS sem dúvida, mas também um presente envenenado,

porque consubstanciam uma perigosa dependência e uma realidade económica de elevada artificialidade, baixa rentabilidade e duração imprevisível.

A evolução das dormidas ao nível de ilha revela perdas reais das ilhas mais pequenas, algumas das quais apresentam hoje um número de dormidas inferior ao registado no longínquo ano de 1999. E lá se vai assim o objectivo estratégico da atenuação das assimetrias regionais.

A estatística não evidencia também o magno problema que é a continuada degradação da receita média por dormida. A preços constantes de 1996, este indicador decisivo degrada-se continuamente desde 1997, atingindo o mínimo histórico de 33.54 euros em S. Miguel com promessa de nova descida em 2007.

Tem razão o povo quando diz que “nem tudo o que luz é ouro”. A Região real mostra-nos um edifício turístico mal implantado, com frágeis alicerces e assente em areias movediças.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

O discurso oficial afirma também a aposta na qualificação da oferta e dos serviços turísticos.

Que dizer dos resultados dessa aposta?

Como já antecipáramos, a indústria turística, debatendo-se com insuficientes fluxos turísticos e num quadro de concorrência desenfreada, viu-se obrigada a enveredar por políticas de compressão de custos, sendo impotente para travar a franca redução da qualidade dos serviços prestados.

As profissões turísticas não são dignificadas social e economicamente, a precaridade laboral e o trabalho sazonal pontificam no sector e não se desenvolve uma verdadeira cultura turística.

Muitas unidades hoteleiras encontram-se no limiar da falência ou sobrevivem, saldando para perto do preço de custo, os respectivos serviços. Outras consomem encerramentos durante a época baixa, em tentativas desesperadas de reduzir custos e salvar a operação anual, em alguns casos escassos meses após a respectiva inauguração.

Outras ainda encontram-se num regime *sui generis*, a abrir intermitentemente por ocasião das operações charter ou eventos especiais.

Projectos de investimento em curso são reequacionados e fazem prudentemente compassos de espera, abalada que

está a confiança dos empresários no rumo seguido e nos resultados da operação turística.

As agências de viagens locais estão fora do circuito de comercialização turística relativo às operações “charter”.

Os profissionais do turismo, sobretudo os guias intérpretes e transferistas, vêm-se substituídos por profissionais estrangeiros em tarefas que, pela sua própria natureza, exigem um profundo conhecimento da Região nas vertentes social, cultural e económica.

Perante este quadro que só é cor-de-rosa porque é da responsabilidade do PS, o governo insiste, desconcertantemente, em negar as evidências e defender o indefensável.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Não nos anima um oposicionismo militante. Em boa verdade, há também sinais positivos e até motivos para um prudente optimismo face a algumas recentes decisões do Governo Regional. Mesmo suspeitando que não serão reconhecidos os contributos da oposição neste domínio, é justo sublinhar a importância estratégica da aposta no

mercado nacional – que aqui defendemos energicamente – e o largo alcance promocional da próxima realização nos Açores do congresso da APAVT de cujo sucesso dependerá, em larga medida, o crescimento dos fluxos turísticos para os Açores nos próximos anos. É uma medida que se inscreve na actuação promocional que vimos defendendo e merece total e inequívoco apoio do PSD.

Não é, todavia, suficiente.

O governo tem de ter a visão estratégica e a coragem política para afirmar e implementar uma política promocional mais agressiva e decisiva nos mercados estrangeiros de intervenção prioritária, designadamente nos maiores emissores da Europa, bem como nos mercados étnicos dos EUA e Canadá, mobilizando para o efeito recursos financeiros mais significativos e envolvendo activamente a indústria turística regional. Simultaneamente, é obrigatório dinamizar definitivamente o turismo interno, fomentando de forma concertada com a indústria turística a construção comercial de programas de curta duração, capazes de promover fluxos turísticos significativos sobretudo para as ilhas mais pequenas.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

É preciso agir, antes que seja tarde.

O desafio mais decisivo para os Açores é mesmo a promoção da qualidade e da excelência turísticas.

A excelência da oferta natural e cultural dos Açores é já um privilégio nosso e um dado adquirido. O que não é adquirido e constitui o desafio capital deste processo, é o fomento da qualidade ao nível da oferta artificial que constitui, afinal, o sustentáculo logístico e operacional da operação turística. Políticas de exigência ao nível da oferta impõem-se por essa razão. De igual modo, é imperioso recentrar a política promocional na óptica da receita e menos na óptica do volume da operação turística, na convicção profunda que os Açores, para vingarem no mercado turístico, não têm que ser um destino grande, mas têm de ser um grande destino turístico.

Disse.

Alberto Pereira